

ENTREVISTA COM MARIA STELA GROSSI PORTO: UM DIÁLOGO SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL, VIOLÊNCIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

INTERVIEW WITH MARIA STELA GROSSI PORTO: A DIALOGUE ON PUBLIC SECURITY IN BRAZIL, VIOLENCE AND SOCIAL REPRESENTATIONS

A professora doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília Maria Stela Grossi Porto, é uma das pioneiras nos estudos em segurança pública, violência e representações sociais. Possui graduação em Sociologia pela Universidade de Brasília (1976), mestrado em Sociologia – *Université de Montréal* (1979), doutorado em Sociologia – *Université de Montréal* (1987) e pós-doutorado pelo *Centre d'Études de la Vie Politique Française* (CEVIPOF), Paris, França. Foi coordenadora e membro do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (NEVIS), da Universidade de Brasília. Membro do Comitê Assessor do CNPq – CA, para as áreas de Sociologia e Antropologia (2013 - 2016). Membro do Comitê Institucional de Avaliação da CAPES para a área de Sociologia, de 2004 a 2006 e de 2007 a 2009; Membro da Diretoria da ANPOCS; vice-presidente do RC 29-*Research Committee on Deviance and Social Control*, da *International Sociological Association* (ISA) 2006-2010. Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), entre 2003 e 2005 e vice-presidente na gestão anterior (2001-2003). Membro do Conselho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, entre 2003 e 2007. *Directeur d'Études pela École des Hautes Études en Sciences Sociales*, tendo nessa condição participado das atividades do *Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques* (CADIS) e realizado duas conferências (2010). Estágio de trabalho como pesquisadora associada no CADIS-*Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologique, da École des Hautes Études en Sciences Sociales*, Paris, França, no período de 9 a 30 de setembro de 2008. É pesquisadora 1A do CNPq e líder do Grupo de Pesquisa em “Violência, Cidadania e Segurança” do Diretório de Pesquisa do CNPq. Integrante e coordenadora para a região do Distrito Federal do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia “Violência, Democracia e Segurança Cidadã”, do CNPq (2009 - 2015). Integrante do Comitê Temático de avaliação das propostas submetidas ao Edital MCT/CNPq nº 70/2008 para análise dos pedidos sobre Trauma, Violência e Segurança Pública. Desenvolve trabalhos no campo da Sociologia da Violência tendo, como enfoque maior, publicações voltadas sobretudo à análise: a) das Representações Sociais da Violência, no Distrito Federal; b) das Organizações Policiais e de sua relação com a sociedade, com ênfase para a análise de Códigos de Conduta e Normas de Deontologia Policial e seus desdobramentos em termos da prática policial.

A entrevistadora, Daniele de Sousa Alcântara, é doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília, atuando na linha de pesquisa de Violência, Segurança e Cidadania. Realizou Estágio de Doutorado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal e Estágio de Doutorado no *Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques* (CADIS) da *L'École des Hautes Études en Sciences Sociales*, Paris – França, no período de setembro de 2014 a maio de 2015. Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB, 2012). Especialista em Segurança Pública e Cidadania pela Universidade de Brasília (UnB, 2009). Especialista em Ciências Jurídicas pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL, 2011). Graduada em Segurança Pública – Curso de Formação de Oficiais (2006). Graduada em Educação Artística pela Universidade de Brasília (UnB, 2002). Graduada em Letras - Espanhol pela Universidade de Brasília (UnB, 2010). Graduada em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID, 2014). Participou do

Law Enforcement Management Development Program na International Law Enforcement Academy (ILEA), em El Salvador; do United Nations Police Pre-Deployment Course no Pearson Peacekeeping Centre e do United Nations Police Officer Course no Life Guards Centre, Stockholm-Swedish. Atualmente é oficial da Polícia Militar do Distrito Federal. Entre os interesses de pesquisas encontram-se temas relacionados à segurança pública, violência, polícia, educação policial, identidade profissional, representações sociais. Membro da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Membro do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP). Avaliadora do INEP/MEC. Coordenadora de Políticas de Prevenção de Crimes contra a Mulher e Grupos Vulneráveis da Senasp/MJSPbr.

DSA: Prezada professora doutora Maria Stela, a senhora tem uma longa caminhada na história dos debates de segurança pública de forma pioneira, seja como professora ou como pesquisadora. Como começou seu olhar para a esfera da segurança pública e temas relacionados?

MSGP: O tema da segurança pública não chegou às minhas preocupações com este foco, mas em consequência de quando comecei a trabalhar na questão mais específica da violência, na área de sociologia rural. A minha entrada na área no campo da segurança foi um pouco mais tardia porque eu me dediquei muito tempo a área de Sociologia Rural, não só no contexto da tese de doutorado, quanto no âmbito das pesquisas realizadas no departamento de sociologia da Universidade de Brasília, inicialmente como professora substituta e depois como professora concursada. A área de sociologia rural era fortíssima, com pesquisas substantivas dirigidas a vários temas como: sindicatos, trabalhadoras (es) rurais, modernização do agro, agro indústria, tecnologia agropecuária, reforma agrária, dentre outros. Eu estava interessada em entender o contexto rural brasileiro e vinculava a pesquisa à compreensão da expropriação do saber do trabalhador rural, em consequência da modernização do campo, a qual não se concretizou sem uma dose grande de violência. De certa forma, minha entrada na área no campo da segurança foi tardia. A passagem do rural para o urbano, ou assumir a violência urbana como objeto de estudo e tema de pesquisa, resultou de uma certa insatisfação que eu chamaria teórica. Naquele momento (anos 80 e 90) a questão da violência no campo preocupou muitos analistas e se transformou em objeto de estudos com grande profusão de artigos. Muitos pesquisadores fizeram da questão da violência tema de estudo e foi relativamente grande a produção de artigos. Incomodava-me, no entanto, e decorria daí minha insatisfação, o que em minha avaliação parecia ser o caráter um tanto ou quanto descritivo de boa parte destes trabalhos os quais, na maioria das vezes, insistiam bastante em fazer a denúncia da violência a que eram submetidos os trabalhadores no campo. Ainda que a denúncia pudesse ser necessária, para explicitar o que ocorria àquelas populações, ela me parecia insuficiente e, como socióloga, eu me dizia que, ainda que um passo importante, a denúncia não poderia ser a etapa final de uma pesquisa sociológica. Para a sociologia, ciência que busca compreender a realidade, seria importante poder ultrapassar esse momento da denúncia, como condição para construir, constituir a violência como objeto de estudo, capaz de permitir um

maior conhecimento da realidade brasileira de então. A análise da violência se apresentou para mim como possibilidade, claro que não a única, para se avançar no conhecimento da sociedade; outros pesquisadores trabalham a busca desta compreensão por meio de múltiplos outros objetos como, por exemplo, por meio da análise da religião, da educação, da desigualdade, ou de outros temas caros à sociologia urbana. Entretanto, em minha avaliação, e considerando o momento vivenciado pela sociedade brasileira, a análise da questão da violência parecia ser uma vertente importante para a melhor compreensão da sociedade brasileira. Tive uma relativa sorte pois a inquietação com essas questões coincidiu com a possibilidade de um ano sabático, momento em que pude afastar-me do dia a dia da vida universitária de muitas atribuições e recuar, para uma reflexão mais teórica. Fui pra França e dediquei-me ao tema. Naquele momento a minha grande preocupação era ter uma reflexão mais teórica e até questionar sobre a possibilidade da existência de uma sociologia da violência: seria possível pensar a construção de uma sociologia da violência? A questão da Segurança Pública entra em consequência, como explico a seguir. De volta ao Brasil fui solidificando a convicção que já vislumbrava desde a elaboração da tese de doutorado, ou seja, a compreensão de que rural e urbano são áreas em estreita interrelação e que, não é possível entender o “rural” sem pensar o “urbano” e vice e versa. Isto posto, decidi então, fazer a viagem inversa: como até então minha preocupação de pesquisa tinha sido o mundo rural, decidi olhar para o cenário da violência urbana, utilizando-me das reflexões teóricas desenvolvidas no período passado na França. Não que o espaço rural tivesse se pacificado. Não, em hipótese alguma se tratava disto. Ao contrário naquele momento e, até hoje a violência no campo continua presente e é responsável por uma série de conflitos, muitos dos quais desembocando em violência. A verdade é que cada vez mais interessava -me pensar Brasília, uma cidade considerada por muitos estudiosos como um espaço atípico, particular, e quase nunca, incluída nas amostras que se faziam sobre violência no contexto brasileiro como um todo. Foi muito em função disso que fui, mais e mais, sentindo necessidade de voltar meu olhar para a compreensão sociológica da violência a partir desse espaço do DF. Inclusive porque duvidava bastante desta ideia relativa ao contexto atípico da capital federal. Na verdade, poder-se-ia dizer que à proporção que Brasília foi se consolidando como metrópole foi participando das alegrias e das misérias das grandes metrópoles, aí compreendidos, tanto os aspectos positivos quando negativos, dentre os últimos, a violência. Depois deste longo parêntesis, volto então à questão da segurança. A Segurança Pública entrou em meu foco de análise, porque trabalhando com a violência e buscando tentar entendê-la melhor, me dei conta de que seria impossível fazê-lo sem dirigir o olhar àqueles que são os responsáveis pela garantia da ordem, e, portanto, para compreender suas estreitas relações com a violência. Em outras palavras, seria difícil abordar a “violência” sem estudar a segurança pública na medida que os que a compõem são atores sociais relevantes no contexto de uma análise da violência. Acho que é nesta direção que consigo responder a sua primeira questão.

DSA: Nós temos, na área da Sociologia, grandes nomes e pesquisadores em abordagens na área de segurança, de policiamento e da violência. Há gerações que vêm se formando, estudando esses fenômenos. O próprio GT 37 da SBS na última edição selecionou trabalhos para compor o cronograma de apresentações. Mas eu queria ver o seu olhar para isso, sua opinião sobre as novas gerações que vêm e esse campo da sociologia motivando esse debate no campo da violência e demais assuntos relacionados.

MSGP: Acho muito difícil encontrar uma única explicação para este crescimento, os fatores determinantes são vários, seria possível levantar várias possibilidades de análise. Uma primeira teria a ver com a questão da distinção ou reconhecimento social: este não era um campo de pesquisa considerado legítimo, relevante ou mesmo interessante; era como se, inconscientemente, se considerasse que “coisa de polícia não é assunto bom para sociologia”. Estou me referindo a reflexões ocorridas há 50, 60, 70, anos. Algum tempo depois, a sociedade brasileira foi sendo vista, olhada, analisada como uma sociedade violenta. E, para falar nestes termos, terei que entrar no campo das representações sociais, porque, a rigor, não se pode afirmar que a sociedade é violenta ou não é violenta, deixou de ser, começou a ser, mas sim que, pensada enquanto uma representação social, a violência ganhou um espaço grande de debate. E não necessariamente apenas no âmbito acadêmico: ganhou também espaço na mídia, na política assim como em outras áreas do conhecimento como: filosofia, antropologia, criminologia e, a partir de então, se apresenta, cada vez mais, com o estatuto de objeto relevante de pesquisa. Ao lado disso, e à medida em que as pesquisas vão se desenvolvendo, vão surgindo dados mostrando diversas áreas e facetas da violência, muitas delas, até então, mantidas invisibilizadas no espaço privado mas que vão ganhando visibilidade. Basta pensar no tema da violência contra as mulheres, na questão da violência de gênero, das intolerâncias em relação às chamadas “minorias”, às orientações religiosas, à orientação sexual ... tudo isso vai ganhando visibilidade, aliado ao processo de democratização ou de redemocratização da sociedade. Logo após o fim do período ditatorial, com o abrandamento da censura, a violência passou a ocupar grande espaço na mídia fazendo com que, alguns pensassem ter havido enorme crescimento da violência, o que de fato era difícil de se afirmar: tanto a violência poderia ter tido um crescimento efetivo, quanto poderia ter ganho mais visibilidade ou ainda poderia ter passado a ser objeto de distintas representações sociais, vindas de distintos setores da sociedade. A tais conjecturas, podemos ainda associar outra questão: a redemocratização levou ainda a um outro tipo de reflexão: a associação entre violência e autoritarismo levava à crença de que ao final da ditadura corresponderia o decréscimo da violência, o que de fato não ocorreu, levando autores, como, por exemplo, Angelina Peralva, a vislumbrarem tal situação como um paradoxo, sobre o qual seria importante refletir. Ou seja, a redemocratização não foi concomitante com o decréscimo da violência, muito pelo contrário. Acho que isso também levou a uma maior preocupação em inserir esse campo de trabalho no rol das temáticas a demandar mais pesquisa, como por exemplo, no âmbito da academia, que assume uma reflexão mais direcionada à área da violência. As universidades passaram a se constituir

enquanto redes de pesquisa trabalhando essa temática e, nesse contexto, acabaram por incentivar, indiretamente, a que pesquisadores mais jovens passassem também a se interessar pela temática. É muito difícil encontrar razões muito explícitas, mas eu penso que houve também algo como uma “substancialização” da violência, via mídia. É como se a violência se convertesse em sujeito: é como se a violência passasse a existir como ser agente quando, de fato, estamos, para usar o termos de Michel Misse, diante de uma categoria de acusação, que aponta alguém (ou algo) como violento, “incrimina” este alguém e, ao fazê-lo sugere ou demanda uma “contra violência”, na forma de punição, quase sempre por meio da ação estatal. Questões teóricas alimentam preocupações empíricas e vice versa, aumentando a presença do tema dentro e fora da academia.

DSA: Tem-se recentemente o movimento de inserção das ciências policiais no rol das ciências estudadas, como objeto de parecer já aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e por sua Câmara de Educação Superior, homologado pelo MEC dia 8 de junho de 2020 e publicado no Diário Oficial da União dia 9 de junho de 2020. O parecer concretiza formalmente essa área do conhecimento. Neste contexto, a senhora poderia falar sobre esse reconhecimento formal, que vem no âmbito da Educação Nacional, e se a gente pode pensar na segurança pública como uma ciência? Ou um campo de estudo de outras ciências?

MSGP: Daniele, a questão foi homologada recentemente, mas a temática é antiga. Eu me lembro que, na década de 90 a ANPOCS, em seu encontro anual organizou, juntamente com a SENASP, um fórum para debater este tema, acerca da segurança pública ser ou não um campo novo de conhecimento; naquela época não se falava ainda sobre ciências policiais. A ênfase era a questão do novo campo de conhecimento. O debate foi quentíssimo: minha posição se mantém hoje exatamente igual à que eu tinha naquela época. Mas não sendo de forma alguma objeto de consenso, é uma posição que atrai muitas críticas: não vejo a segurança pública como um campo novo de conhecimento mas como uma política pública que pode, nesta condição se constituir em objeto de conhecimento a ser pesquisado e estudado pelas ciências sociais. Nesta questão, o que parece estar em jogo é uma reivindicação, ou disputa, por legitimidade ou poder e não propriamente uma questão de ciência. Uma ciência para se constituir e ser reconhecida como tal necessita cumprir alguns pré-requisitos, dentre os quais possuir um objeto e um método que a distingam de todas as outras ciências. Neste sentido, repito, vejo o campo da segurança pública muito mais com uma política pública que tem se constituído em objeto de estudo, de avaliação e de análise e vem recebendo atenção de estudiosos e especialistas. Inicialmente, sobretudo de sociólogos, tornando, neste sentido, a sociologia precursora deste tipo de inquietação, quando comparada a outras disciplinas como as ciências políticas, a antropologia, que passaram mais recentemente a também se interessar por esta área de estudo. A criminologia, já o fazia, mas de uma perspectiva distinta e bem específica. A perspectiva sociológica ao abordar a questão da segurança pública o faz com ênfase na análise das relações sociais, ou seja, na compreensão das relações entre corporações policiais e sociedade, na questão da formação policial, da gestão, da

função policial, dentre outros temas pertinentes. É por esse tipo de abordagem que a sociologia pode, igualmente, avaliar e refletir sobre a questão da violência, pensada como disse acima, como uma categoria analítica por meio da qual avançar na compreensão da sociedade. Pensar os diferentes atores da segurança como relevantes para melhor perceber como a violência é representada, tanto pela sociedade como pelos policiais é uma questão cada vez mais relevante para a sociologia e as ciências sociais de modo mais geral.

DSA: Para os atuais pesquisadores da segurança pública, a senhora poderia pontuar aspectos que devem ser observados na seleção de um objeto de pesquisa que envolva a violência e as representações sociais por esses pesquisadores?

MSGP: Antes de responder, gostaria de voltar à questão que já mencionei do envolvimento das universidades com a temática. Creio ser importante afirmar que houve uma evolução grande no sentido de que, polícia e universidade eram instituições que não só não se falavam mas que, por vezes, até mesmo se estranhavam; um policial uniformizado dentro de um campus universitário era visto como corpo estranho, causava medo, e bastante espanto; reflexo, talvez, do período ditatorial, quando as universidades foram invadidas, alunos e professores presos deixando memórias difíceis. Hoje o contexto vai se transformando, as próprias universidades se debruçam sobre os temas da segurança pública, passando a trabalhar, em conjunto com a área, a exemplo dos convênios firmados entre diversas universidades e a SENASP, visando à formação profissional de policiais civis e militares, como foi o caso dos cursos da RENAESP, muito importantes no sentido da interação entre a universidade e as corporações policiais. Voltando agora a sua questão, eu diria que, no meu caso, houve algo como um “click” em minha decisão e escolha pela Teoria das Representações. Essa escolha se deu quando, voltando daquele mencionado período sabático fora do Brasil, decidi focar em Brasília minha nova pesquisa. Estava realmente convencida de que seria interessante entender melhor Brasília, uma vez que, por ser vista como a terra do poder, a ilha da fantasia e alguns outros estereótipos ficava, como disse acima, pouco participava das pesquisas voltadas a temas como violência e segurança pública. Eu já estava preparando o desenho da nova pesquisa, quando ocorreu o assassinato do índio Galdino Pataxó. Foi algo que inundou a cidade e o país, com o que os teóricos da psicologia social vão chamar de “teoria do senso comum”, ou seja, com “representações sociais”. Naquele momento, me dei conta de que a metodologia que melhor me daria subsídios para entender Brasília- Distrito Federal, como eu estava pensando, seria aquela focada na Teoria das Representações Sociais; desde então, passei a considerá-la como instrumento metodológico para minha aproximação daquela realidade. Três ou quatro pressupostos orientam a forma como trabalho com a teoria das representações sociais. O primeiro diz respeito à importância de entender que, ainda que formuladas por indivíduos, as representações são condicionadas ou dependentes da inserção social destes indivíduos. Ou seja, este pertencimento interfere na construção das representações sociais. Outro pressuposto importante, é o de que representações organizam práticas, orientam condutas, ou seja, tem caráter pragmático. Além disto, ex-

pressam visões de mundo, visam a explicar e dar sentido aos fenômenos dos quais se ocupam; admitem uma conexão de sentido entre elas e os fenômenos aos quais se referem São pois, de algum modo, constitutivas destes mesmos fenômenos. Exemplos: se indivíduos ou grupos de indivíduos representam a sociedade como violenta o resultado é uma conduta que visa a se proteger, seja através de isolamento do tipo condomínios fechados (em um quase “apartheid”.) seja através da cobrança por proteção do Estado, quase sempre por solicitação de maior endurecimento nas leis, ou ainda pela busca por segurança privada a qual, em detrimento da segurança pública, vai atender a interesses individuais ou de um grupo. Então essa ideia de que práticas e condutas se organizam em função de representações sociais, parece fundamental. Outro exemplo, diretamente articulado ao anterior, diz respeito à questão do armamento, questão que é, hoje, objeto de disputa e discussão. A representação social da sociedade brasileira como violenta leva a que crescentes setores desta sociedade vislumbrem a perspectiva de que uma sociedade armada é mais segura e, em função disto, apoiem e reivindicuem políticas públicas nesta direção. A falsa sensação de segurança, que muitos pensam encontrar de posse de uma arma, ganha mais e mais adeptos. E vai ao encontro da perspectiva governamental de que a sociedade precisa estar armada para se proteger contra o crime. Na medida em que se aceita a violência como forma de enfrentar a violência o resultado é mais violência. Voltando ao nosso tema, as representações sociais acerca da violência podem gerar práticas, ações violentas. A sociologia não importa saber se uma dada representação é falsa ou verdadeira, certa ou errada e sim buscar compreender o porquê de sua existência. Julgar moralmente as representações sociais que circulam na sociedade não leva a nada em termos da explicação sociológica: identificadas determinadas representações sociais acerca de um dado contexto- no caso aqui em análise, o da violência- é quando começa o trabalho da pesquisa; analisá-las, compreendê-las e, se possível, explica-las. Convém mencionar ainda que trabalhar a análise da violência por meio da utilização de representações sociais como instrumento metodológico é, em minha avaliação, uma abordagem eficaz para se avançar o conhecimento da sociedade, mas, de modo algum, o único existente, como já mencionei. Outros pesquisadores abordarão a realidade brasileira estudando a religião, a política, a educação, dentre várias outras abordagens possíveis. Para a análise da violência o que esta abordagem tem de desafiador é que ela permite articular questões de natureza objetiva, importantíssimas, tais como dados sobre prisões, homicídios, crimes de natureza diversa, etc, a questões subjetivas, que informam o que indivíduos ou grupos de indivíduos pensam sobre o que é violência, quem habita as prisões, quem são os agentes e as vítimas de homicídios, etc. Em outras palavras, o conhecimento via representações sociais pode ser dito como um conhecimento de segundo grau, não por ser menos relevante do que aquele obtido de ‘primeira mão’ mas na medida em que se chega a ele interrogando a realidade por meio do que se pensa sobre ela. É muito elucidativo se analisar, por exemplo, porque, um mesmo objeto, por exemplo, a violência possui distintas representações, a depender dos grupos e ou indivíduos que as formulam. O que interfere em tais distinções? Que valores comandam as construções de tais representações? É interessante, por exemplo, pesquisar proximidades e distinções entre as representações sociais de grupos sociais diferentes.

Como se formam e o que as determinam? Será que representam a violência da mesma forma? Será que moradores de áreas periféricas e de áreas centrais da cidade, formulam representações muito distintas, ou não? Neste caso, seria o território um elemento diferenciador de representações? Escolaridade poderia também cumprir papel importante na forma como são elaboradas as representações sociais? E a religião, seria um elemento a interferir na elaboração de representações sociais? E violência de gênero, será representada da mesma forma por mulheres e por homens? pelos que estão responsáveis pela elaboração de políticas para o combate à violência de gênero? Estão aí exemplos de alguns tópicos que poderiam ser pesquisados com o recurso metodológico da análise de representações sociais. Voltando à questão tratada como ciência policial, que você abordou acima, caberia perguntar que representação têm da segurança pública aqueles que reivindicam considerá-la como ciência? Continuo avançando alguns exemplos: o tema do aprisionamento, das formas como vem acontecendo, da legislação voltada ao porte e uso de armas, da lei anticrime, são todas questões que analisadas com o aparato das representações sociais, poderiam contribuir enormemente para fazer avançar o conhecimento sobre a sociedade. No caso das polícias, por exemplo, eu acho que você conhece o trabalho que eu fiz, acabado há um ano e meio, que era pensar melhor as relações entre a polícia e a sociedade. O meu interesse naquele momento era estudar as representações sociais de policiais, tanto da Polícia Civil, quanto da Polícia Militar. O estudo visou a melhor entender essas representações, e, a partir daí, melhor entender as relações entre polícia e sociedade. Uma das conclusões interessantes desta da pesquisa foi a constatação empírica da tensão entre policiais civis e policiais militares. Assim como da tensão que os policiais representaram como caracterizando suas relações com a sociedade. Ou seja, a pesquisa revelou claramente a existência destas formas de tensão, presentes nas representações de policiais civis e militares e expressadas por meio da ideia de desconfiança. O esforço da atividade de pesquisa foi então o de buscar compreender o motivo desta mútua desconfiança entre polícia e sociedade. Estas são algumas temáticas que me parecem interessantes de serem trabalhadas com o recurso de representações sociais.

DSA: São muitos pontos a serem observados no campo da pesquisa, na área de violência e representações e eu diria que exige de um pesquisador uma caminhada e uma maturidade para perceber isso, no sentido de produzir um estudo que tenha de fato uma abordagem de representações sociais. Não é algo simples.

MSGP: Trabalhar com representações sociais envolve sempre o desafio de: não fazer julgamentos morais. Como já afirmei acima, decidir se determinada representação social é boa ou ruim, falsa ou verdadeira, não contribui em nada no sentido de entender a sociedade. A sociologia busca compreender o que é e não proclamar o que deve ser. E para isto as representações sociais são um instrumento precioso de análise. Finalizando reforçaria a ideia de que a violência enquanto representação social é um tema que precisamos entender como um dos fenômenos relevantes no cenário nacional e internacional da contemporaneidade.. Não sei se terei respondido suas indagações. Obrigada pela oportunidade de

Maria Stela Grossi Porto
Entrevistadora: Daniele de Sousa Alcântara

expor minhas inquietações e espero que possam ser de utilidade aos leitores, sobretudo aqueles ligados às corporações policiais. Entender enquanto um dos fenômenos relevantes no cenário nacional e internacional. Então, entender isso é fundamental para entender a sociedade.

MARIA STELA GROSSI PORTO [HTTPS://ORCID.ORG/0000-0001-9565-3394](https://orcid.org/0000-0001-9565-3394)